

Apontamentos de um arqueólogo da “Pré-história recente” tirados do seu “caderno de notas”

Vítor Oliveira JORGE

RESUMO

CONJUNTO DE “NOTAS” BASICAMENTE RETIRADAS DO BLOGUE <http://trans-ferir.blogspot.com>. Foram escritas e aí publicadas ao longo de 2009. No seu carácter heterogéneo e fragmentário, exprimem algumas das minhas áreas de reflexão que, penso, serão úteis para os leitores desta revista, que se caracteriza, como deve ser, pela interdisciplinaridade e pela diversidade de “discursos” que o “património cultural”, na sua abrangência, implica e exige. Um fio condutor deste texto: unir o particular e o geral, a teoria e a prática da pesquisa, admitindo embora, e sempre, uma “tensão” entre todos esses pólos.

Continuar

Às vezes debruçamo-nos sobre um livro; percebemos o que estamos a ler; achamos que o que estamos a ler é iluminante; abstraímos de tudo o resto, o ruído, a sujidade do acontecer; e cresce o chilrear dos pássaros lá fora como ruído único. Então, o nosso sentimento e o nosso pensamento, que são obviamente a mesma coisa, ficam iluminados de uma luz sobrenatural, rodeada de pássaros chilreando. É isso que nos faz continuar.

Écrã, jogo, etc.

O senso comum, com respostas para tudo, baseadas na intuição de cada um, serve como écran e efeito de bloqueio (em muitas pessoas) ao pensar. Porque pensar é problematizar as evidências, é desbloquear (como quem quebra gelo) esse écran que torna tudo evidente. Retirando a película das evidências do senso comum, o acto de reflectir mostra não a verdade, mas uma outra versão e sentido das coisas que tinham

ficado ocultos e que, em geral, são muito mais complexos e interessantes. Pensar é ultrapassar a infância das evidências e dos convencimentos em que estão os indivíduos, nos seus entreténs quotidianos, absolutamente convictos de que já sabem.

Aquilo que muitas vezes se apresenta como irrefutável, da ordem do direito, da ordem da ciência, e de muitas outras influentes fontes de poder, hoje desmistificadas como poderes soberanos, não é mais do que um arbitrário que se apresenta como nada tendo de exterior a si.

O pensamento crítico consiste em quebrar o gelo dessas evidências e beber com gosto o refresco assim preparado, no copo da felicidade, frente a um mar totalmente exterior às evidências apresentadas como factos irrefutáveis. O irrefutável é apenas sempre uma retórica da afirmação do potencialmente mais frágil, num tabuleiro de jogo: apresenta-se assim para bloquear de antemão qualquer destapamento da sua fragilidade, para prevenir qualquer lance que lhe tire a roupa. A arte da guerra inclui uma boa parte de intimidação, para nem sequer se poder pôr ao eventual adversário a hipótese de vir a constituir-se como tal, num esforço vital (por parte desse “poder guerreiro”) de não ter exterior.

Felizmente que qualquer sistema é sempre, mais cedo ou mais tarde, aberto, historicizado, dissecado, objectivado, às vezes segundo as próprias regras que, durante uma certa altura, o queriam fazer passar por infalível. Outras vezes, e isso é que é uma ruptura epistemológica, são as próprias regras que mudam e desnudam o sistema reinante na sua comicidade de se querer reinante, quer dizer, soberano sem exterior a si, quando se sabe que toda a soberania tem sempre um exterior a si, como toda a lei tem sempre um avalizador externo, que é o poder do direito, como tudo o que se diz, mesmo o excepcional, está sempre avalizado por uma regra mais inclusiva, que é a da linguagem. Ou seja, a inclusão e a exclusão estão sempre em jogo, como a excepção (exclusão inclusiva) e o exemplo (inclusão exclusiva) (nas expressões tão felizes do filósofo italiano Giorgio Agamben).

Será possível pensar e viver na multiplicidade?

“(...) Somos modelados por uma filosofia geral da unidade (...)”

J. Baudrillard, *Palavras de Ordem*, Porto, Campo das Letras, 2001, p. 61.

“Porque o pensamento não actua na identificação das coisas, como o pensamento racional, mas na sua desidentificação, na sua sedução, isto é, no seu desvio, apesar da vontade fantasmática de unificar o mundo sob a sua capa e em seu nome.”

idem, ibidem, pp. 64-65

Creio que um problema essencial é o da unidade, o do desejo último que nos trabalha que é o de reduzir o múltiplo e aberto ao uno e fechado, completo - em suma, o de passar pela (ultrapassar a) análise para desesperadamente construir a síntese, a explicação, o princípio de ordem. Aceitar a óbvia complexidade e multiplicidade do mundo é ainda um passo para esse horizonte de unidade, de completude, que é a nossa utopia por excelência. Com todas as tensões e dialécticas pelo meio...

Desejamos o Uno, onde todas as suas facetas se apresentam constantemente; todas as dialécticas visam de certo modo um consenso, uma explicação, um acordo, um término do diferendo. Nós sofremos com as metamorfoses da realidade, queremos encontrar algo de fixo para além da aparência, procuramos uma razão, a razão, um princípio unificador. De outra maneira sentir-nos-íamos à deriva e parecer-nos-ia ser impossível construir comunidade, sociedade, que aparenta ter de se basear num consenso mínimo, nem que seja no da impossibilidade de consenso e portanto no do conflito potencial ou em acto. Mesmo quando nos aparece um pensamento desconstruidor (desconstrutivo), que demole algumas das nossas convicções, logo aos seus críticos ele se apressa a dizer: atenção, as polaridades fixas (sejam o sujeito, sejam a realidade, sejam o real, sejam a transcendência, seja o que for) não são mais do que um efeito do discurso, da linguagem - mas no fundo o que eu procuro, através da diferença, é algum “depósito”, ou resto, que lhe resista, mesmo que evanescente. E se eu digo que a repetição cria diferença, eu estou ainda a tentar discernir as molduras dessa diferença, estou a tentar abarcar numa síntese esse vazio de realidade ainda não conceptualizado ou simbolizado. É como um oleiro que fizesse um vaso à mão e ele, vaso, nunca deixasse fechar a pança, o corpo, por forma a ser um contentor perfeito. Nós ambicionamos caixas, arrumação, e mesmo a desarrumação que é ainda um último avatar da arrumação, a exposição nostálgica ou cínica da sua impossibilidade.

Criar conceitos, estabelecer sistemas de conceitos, chegar a conclusões, fechar sistemas... e, contraditoriamente, quando nos dizem que circulamos dentro de um anel de Moebius (ele próprio o símbolo da completude) sentimo-nos asfíxiados. Nós queremos poder subjectivar-nos como sujeitos livres, sabendo bem que essa liberdade é uma ilusão desejada como tal, porque a liberdade total seria a que se acercaria do sublime insuportável, seria a morte. Ou seja, a liberdade estabelece-se sobre um pano de fundo de normas, a diferença sobre um pano de fundo de referentes... mas se todos eles são também construções não estáticas, fluidas, como fazer? É possível um pensamento da diferença radical, da que se liberte do mito do primitivo (da origem - do éden - do ser humano colado à vida, vivendo no pleno usufruto do não pensar, da despreocupação) e de uma teleologia regeneradora, escatológica? É possível fugir ao tempo linear da história, da biografia? É possível uma ontologia do fragmento e da aparição como tal, sem re-presentação? É possível uma existência sem a estabilidade de referências fixas, sem cordões umbilicais?

É possível vermo-nos livres deste projecto totalizante da modernidade ocidental (uma realidade sem restos) sem cairmos nas filosofias orientais da diluição do ser? Ou nas suas caricatas adopções ocidentais de tipo “new age”, ou outra ridicularia assim? Como orientar a nossa vida na multiplicidade, sem nos perdermos?

Creio que essa ontologia ainda não existe.

A ontologia do uno está inscrita na linguagem (essa aliás tem sido a questão das feministas, como aliás de todo o projecto antropológico, que nada tem de inocente na sua abertura ávida e tolerante: sim, digam-me quem são, para eu, compreendendo-vos, ó vós que sois outros, vos poder absorver... isso já começou com os missionários do “ultramar”...).

Mas quem poderia garantir ser impossível?

Que filósofos me corrijam ou ajudem, por favor, se tiver avançado por terrenos sem a necessária bagagem conceptual...

A questão da representação - alguns tópicos

“A representação pode então reencontrar o seu sentido exacto e primeiro (filosófico e artístico): não uma reprodução, ela própria submetida aos limites de “um ponto de vista”, mas um gesto que traz à presença, uma apresentação. Esta está em relação com a verdade. A verdade da apresentação supõe a parte de retracção [retrait] que não pertence à presença, um fundo ou uma ausência de fundo “mesmo ao fundo” da própria presença.

Se há o irrepresentável, isso não é o efeito de uma interdição ou de uma impotência, é porque na presença se abre sempre este recuo para o fundo. A verdade de uma representação consiste em tomar em conta [prendre en charge] essa abertura [creusement]. “

Jean-Luc Nancy

“L' Art et la Mémoire des Camps. Représenter exterminer”, dir. de Jean-Luc Nancy, Paris, Seuil, 2001, p. 11 (tradução minha)

Esta questão é provavelmente o problema por excelência da nossa cultura, qualquer que seja o ponto de vista por que se encare. Representação no sentido de relação entre o original e a cópia, a verdade e a sua tradução em enunciado(s) ou imagens, simulacros; representação no sentido performativo, teatral, de uma artificialidade total (encenada) que é (ou pode ser) mais verdadeira do que a própria verdade, na medida em que re-apresenta, isto é, torna actual (no sentido reforçador do rito em relação ao mito) algo que estava apenas na memória colectiva mais ou menos difusa, sendo catártico. Representar no sentido político, de delegação, no sentido de que eu delego em representantes que elejo “democraticamente”, pelo voto, a minha vontade e o meu desejo. Representar no sentido de voltar a apresentar algo que se não pode vivenciar directamente, tal como fazemos através dos protocolos (regras) da ciência, da arte, etc, algo que se reporta a uma realidade de que eu “procurar dar uma ideia” tão certa, tão perfeita, tão rigorosa quanto possível.

É isso que me acontece quando tento uma explicação ou compreensão seja do que for, incluindo a explicação, ou as múltiplas formas de explicação, convocadas pela arqueologia: representar (no sentido de “mise en scène”, de encenar) o passado...

Como diz Rancière: “[a representação] diz respeito à mimesis, enquanto relação entre dois termos: uma poiesis e uma aisthesis, quer dizer, uma maneira de fazer e uma economia dos afectos.” (S’ il y a de l’ irrepresentable, “L' Art et la Mémoire dea Camps”, Paris, Seuil, 2001, p. 84).

Obviamente o tema da representação não pode reduzir-se apenas à questão da imagem, mesmo que tomada no seu sentido mais alargado. Porém, nas reflexões a seguir, na sequência de uma leitura de J - L. Nancy (“La représentation interdite”, *op. cit.*, pp. 13 a 39), procurarei inspiração para a maior amplitude problemática possível,

que conecte várias questões sumamente importantes, em particular para um arqueólogo como eu.

A questão do irrepresentável (que tem a ver com a do testemunho e da testemunha, e com a formação de um discurso que dê conta de acontecimentos que se produziram na história recente e sobre os quais há uma particular dificuldade de dar testemunho, de discernir os seus limites, de lhes atribuir um sentido para além de todo o sem-sentido com que nos aparecem, como o Holocausto) tem-se posto muitas vezes na história.

É claro que não há irrepresentável em si: isso depende do ponto de vista e do que se entenda por representação: se nomeio algo como irrepresentável paradoxalmente já o estou a trazer para dentro da ordem da representação, já o estou a representar pela negativa.

A mim importa-me muito o seguinte: aquilo a que convencionámos designar “pré-história”, adentro de uma lógica de história sequencial, de um discurso continuista, cronológico, faseado (condenado por Nietzsche e tantos outros) tem sido apresentado, de certo modo, e no limite, como um irrepresentável. Que quero dizer com isto? Que se trata de uma “realidade” (e aqui é que pode residir um dos nós do nosso problema, pois essa realidade é um produto conceptual nosso, obviamente) sobre a qual não temos grandes “pontos de apoio”, apesar de toda a “profusão informativa” recolhida desde o século XIX. Há coisas óbvias: estamos a tratar com restos, restos materiais, não com pessoas em acção nem com discursos que estas emitam.

A “arqueologia pré-histórica”, para usar esta expressão convencional, lida com uma dupla ausência: a ausência de pessoas, de comunidades, e a ausência da maior parte das coisas, dos objectos materiais (que os arqueólogos se habituaram a designar “cultura material”) com que elas viviam e interagem, e que evidentemente não reflectem intenções ou, mesmo, configurações mais sólidas, agrupadas dentro de “comportamentos culturais”. Temos restos de restos.

Essa quase impossibilidade de estabelecer uma memória que resulta da “dupla condição de ausência” da realidade arqueológica pré-histórica, quase se poderia, in extremis, pôr em paralelo com a de um fenómeno contemporâneo que à primeira vista nos aparece como irrepresentável: o do campo de extermínio. De facto, os nazis pretenderam eliminar um povo e também os testemunhos, vestígios ou restos dessa operação de eliminação. Como diz Nancy (op. cit, p. 15): “Os campos de extermínio são um “empreendimento” de sobrerepresentação, no qual uma vontade de presença integral concede a si própria o espectáculo da aniquilação da própria possibilidade representativa.”

Ou seja, os nazis perpetraram uma acção que deveria existir e extinguir-se perante os seus olhos, sem resto. Por isso nos é impossível avaliar com precisão qual a extensão exacta das vítimas atingidas: é o incomensurável contemporâneo.

De certo modo, no caso da “pré-história”, estamos perante um incomensurável também. Desejámos ver o teatro da “passagem” da natureza à cultura, do animal ao humano, do símio ao homem - e montámos uma formidável máquina de inquérito. Ao mesmo tempo, e em relação com esse processo, estudámos as sociedades de outras culturas como “fósseis”, totais ou parciais, indicadores do nosso próprio passado. E fomos no engodo de uma antropologia que nos prometia, se associada à arqueologia,

contribuir para insuflar vida num registo morto, duplamente morto. Só hoje estamos a perceber os pressupostos filosóficos, por assim dizer, de tal desiderato. Estamos com o infinitamente residual e singular (cada contexto ou micro-contexto) e com o infinitamente geral (as grandes teorias da “evolução da humanidade”) e não temos, em bom rigor, o forro dessas duas paredes que se afastaram enormemente uma da outra. Não é motivo para preocupação, é apenas motivo de reflexão para melhor ajustarmos as nossas expectativas às nossas realidades, sobretudo ao carácter embrionário do nosso trabalho, do ponto de vista conceptual, de que muitos arqueólogos não estão suficientemente conscientes (nem a arqueologia empresarial ou de emergência está vocacionada, pelo seu próprio ritmo, quer para o registo rigoroso e intensivo quer para a problematização do mesmo, tanto cá como no estrangeiro; a lógica do lucro, que é a do curto prazo, é conflitual em relação à lógica da pesquisa e da reflexão, que aponta sempre para um indeterminável, para um jamais acabado).

O visível e o invisível

Há um processo de produção que todavia não aparece à superfície: a escavação, em arqueologia, produz passado, que se destina ao museu, ao centro interpretativo, ao sítio, ao parque de visitas, à brochura, ao livrinho, mesmo à obra científica. Mas o processo de trabalho fica sempre um pouco na sombra: no supermercado do passado o que importa são os produtos acabados, prontos a “comer”, a compreender, a consumir, apetecíveis, nas vitrinas ou estantes. O carácter compreensível do produto na sua total individualidade e abstracção, arrancado ao seu próprio processo produtivo. Existem muito poucas obras (se algumas) onde o arqueólogo, em vez de descrever o que achou e de o arrumar numa história, faça a descrição exaustiva de como achou, tim-tim por tim-tim, quer dizer, EXPONHA o real processo de produção daquilo que produziu.

O mesmo se passa também na vida cá de fora: assim como o museu incorpora toda a vida, assim a vida se transformou num museu: nos expositores dos supermercados, dos centros comerciais, das lojas, os produtos brilhantes e apetecíveis estão prontos a serem metidos no carrinho de compras. Até nas livrarias já há cafés e sofás onde se pode hedonisticamente usufruir algo que está muito para além do livro: é um espaço museografado que se procura, a nova “igreja” (no sentido de lugar de culto) contemporânea onde se encontra gente ou se está só com gente à volta.

Neste contexto, perguntei-me muitas vezes por que razão a nossa sociedade consumista não tinha mais produtos culturais para venda, a juntar aos museus, ou nos próprios museus por exemplo. Por que não usa mais produtos multimédia, também. Uma pessoa abastada via uma obra de arte de que gostava e dizia: quero uma igual àquela. Tecnicamente é possível. Público também há, mesmo em época de crise continuam a vender-se jaguares. Mas é compreensível por que razão se verifica o que existe, o modo de distribuição dos produtos: o intelectual quer o livro, vai à livraria; o abastado quer a peça antiga, vai ao antiquário (por isso os arredores dos grandes museus são bairros de galeristas ou antiquários); o público comum satisfaz-se com qualquer coisa; e se houvesse uma verdadeira possibilidade de escolha de produtos de substituição (réplicas, videos, DVDs de qualidade, etc.) isso interferiria com a aura do museu (com a sua economia) e com a mais-vaila dos intermediários, dos mediadores, dos que explicam, dos que ensinam (e os quais, é claro, estão muito senhores ou senhoras de

si, desse pequeno saber/poder). As pessoas infantilizadas seguem os guias. Pagam para voltar a ser crianças. O mesmo nas lojas: levam souvenirs, o museu em si mesmo é um arquivo pesado e inquietante, é para estar onde está: basta o recuerdo metonímico ou alegórico. A mesma lógica preside aliás a toda a vida e à encenação da leveza e da infantilidade que está ligada ao consumo. Quando em família, com as crianças e apesar da parafernália que as acompanha em deslocação, TODOS SE TORNAM CRIANÇAS e podem jogar o grande jogo da leveza. O pesado processo de produção e de sustentação das máquinas de lazer está oculto. É preciso que o artificial absoluto se apresente como natureza, como pura aparição, e que o consumo seja uma espécie de caça-recollecção, onde o consumidor advertido (todo o consumidor se pensa a si mesmo advertido, é um “predador esperto”) fareja de longe, secretamente, o alvo do seu desejo. Mas não há sangue nem violência, não há pathos: música ambiente e deslizar fácil do dinheiro, tornado abstracto, pelos cartões e pelas máquinas automáticas. É uma natureza indolor, interiorizada, bem educada, espelhada nas maneiras e espelhando as maneiras. Pessoas e objectos, todos se comportam bem; qualquer coisa que macule, vem a limpeza ou a segurança remover. Pela primeira vez pode-se viver neste processo de infantilização ideológica toda a vida, desde que, evidentemente, se saiba desempenhar bem uma tarefa, um serviço. Mas estes também estão a tornar-se mais abstractos. O trabalhador deu lugar ao sujeito atarefado e sorridente, que desliza à vontade no seu território de compostura e autoridade/competência, confraternizando no bar quando necessário. É esse ar blasé, um tanto auto-irónico, todo maquilhado, todo luminoso e lubrificado, o do sujeito moderno. Descontraído, preparado para o prazer. Prazer de ser light, sportive, e de gostar. Light, smooth, brilliant.

Comparar: algumas notas

Comparar é confrontar realidades diferentes. Confrontar, quer dizer, pôr frente a frente, ou lado a lado em frente ao observador, por forma a estabelecer analogias e diferenças. Essas semelhanças ou dissemelhanças não estão à partida definidas, sendo pelo contrário resultado do processo de comparação. Por isso, quando se diz “realidades diferentes” há que ter em conta que essa diferença pode ser mínima, ou mesmo não aparente à escala da experiência corrente (e portanto confundível com identidade entre essas realidades consideradas), ou ainda, no outro extremo do espectro de possíveis, essas realidades podem (poderiam) “parecer” tão diferentes que não seriam comparáveis, ou seja, o que haveria de análogo entre elas seria tão escasso ou rarefeito que a sua comparação de pouco ou nada serviria.

Dito isto, tudo fica em aberto, ou seja, é possível “comparar o incomparável”, para usar o título que Marcel Detienne deu a um dos seus livros. Aliás, que é a metáfora senão a comparação entre realidades aparentemente tão distintas que nada parece terem a ver uma com a outra? E no entanto poderíamos dizer que todo o nosso pensamento é metafórico, ou seja, que o processo criativo inerente ao pensar (e ao agir) consiste em ligar, por comparação, por associação mais ou menos inesperada ou não, realidades diferentes, quando por exemplo usamos (em poesia então isso é tão frequente) o “como”, ou “como se”, para as “aproximar”, para as confrontar.

Comparação, comparar, significa trazer a um mesmo quadro problemático, ao interior de uma moldura, de uma sintaxe, de um possível campo de sentido, de um

discurso, coisas respigadas daqui e dali, que, pelo simples facto de assim ficarem enquadradas, estão já a comungar de um certo grau de semelhança, como “objectos” sujeitos à hipótese comparativa, à análise do confronto.

Ser ou não comparável não é uma propriedade das coisas, porque as coisas não têm uma essência em si. As coisas são presas de uma formação discursiva que lhes estabelece características, as quais depois se podem comparar segundo critérios muito diversificados.

Um desses critérios pode por exemplo ser o da escala. Eu posso comparar uma bola de árvore de Natal com a lua, são ambas objectos mais ou menos esféricos. De um ponto de vista “poético” pode ter maior ou menor pregnância estética tal comparação, ou ser simplesmente um tremendo pastiche. Mas também posso comparar coisas totalmente dissemelhantes, como seja uma linha de lã inserta num tear ou um fio a ser tricotado para uma camisola, com uma linha de texto, com uma sequência de raciocínio, com um percurso, etc. Tudo é e não é comparável de acordo com o critério de comparação, que implica uma certa expectativa sobre a sua utilidade, capacidade explicativa, potencialidade estética. A comparação agrupa, mas o que importa não é o agrupamento, é o critério que lhe subjaz, que dá sentido à “tipologia”, à classificação, à analogia, ao movimento de abstracção que está por detrás da aproximação de coisas diferentes, que podem ser homólogas, ou análogas, ou índices (indícios) uma da outra segundo o critério adoptado.

Comparar é um processo constantemente em curso na vida corrente, empírica, qualitativa. O que a caracteriza, tal vida? A fusão do pensamento e da acção. Pensar, estudar, em termos intelectuais, se quisermos, em termos científicos, filosóficos, artísticos, é pelo contrário, antes de mais, rasgar, rasgar o senso comum, separar, pôr em causa o evidente, o identitário, o que parece idêntico, para poder comparar o ainda incomparado.

Os arqueólogos, também ao nível do seu trabalho, passam a vida a comparar, quer dizer, a estabelecer analogias ou diferenças entre o que vêem e o que esperavam ver, ou já viram algures e trazem à memória, ou vêem porque põem sobre a sua mesa de trabalho. A comparação é muito importante em todas as ciências sociais, quer dizer, em todas as ciências em que o que muitas vezes é mais importante são as variações, e não os protótipos ou arquétipos, em que o mais interessante podem ser as particularidades e não as generalidades, as classificações e taxonomias simples e evidentes. Porque quando reduzimos à unidade estamos imediatamente a falsear a particularidade da realidade, a sua irreduzível diversidade. Porém, todo o pensamento, mesmo o científico, é generalizador por vocação, compara para encontrar a unidade subjacente à diferença. É nesse JOGO que se deve perceber o processo comparativo, a sua complexidade, e discutir a sua maior ou menor pertinência em cada caso. Se não comparássemos, se não usássemos a metáfora, a analogia, ficávamos colados ao particular de cada coisa, de cada percepção, de cada experiência. Não sintetizávamos, não abstraíamos. Ora, toda a análise parte de uma síntese e desemboca noutra síntese.

Comparar é testar viabilidades de comparação. Eu posso, passado um processo comparativo, encontrar tais diferenças de escala, de contexto, de manifestação entre realidades distintas, que digo assim para mim próprio: esta comparação não me leva a

nada. Mas só no fim é que sei, ou julgo saber: à partida, não posso descartar qualquer hipótese de comparação, de analogia, mesmo que essa analogia seja por assim dizer negativa, quer dizer, mesmo que duas coisas se oponham termo a termo. Se se opõem termo a termo já foi ÚTIL compará-las.

Em todo este processo, e por muito grande que seja a técnica do investigador, pensador, criador cultural, científico, etc, o que importa é a INTUIÇÃO. A intuição guiada pela metodologia (senão pode derivar em delírio) é o génio do criador, é aquilo que distingue um criador de um mero reprodutor, que ou repete o mesmo sobre as mesmas coisas, ou repete o mesmo sobre coisas diferentes, isto é, replica sempre o mesmo modelo, apenas variando de campo, ou fica mesmo aquém disso, não desenvolvendo o tema, embora possa até publicar mil e um “trabalhos”.

Pensar é DESENVOLVER, desenvelar um tema. E o processo de desenvelar um tema é feito pela linguagem. E a linguagem é um sistema de conotações (não apenas de denotações), é um aparelho simbólico, uma máquina de produção de sentidos que não está desgarrada da nossa experiência prática e corporal, antes se identifica com ela totalmente. Pensar é sentir ou então não é pensar nada. E para pensar temos de estar sempre a comparar.

Pode comparar-se TUDO desde que se estabeleça qual o critério subjacente. Tal critério às vezes só aparece no fim, quer dizer, a resposta explica a pergunta: mas, se virmos bem, a pergunta já pressupunha a resposta. Num certo sentido, perguntar é iniciar o processo de justificação de uma resposta.

Em tudo isto as taxonomias, as tipologias, as comparações são fundamentais. Mas não levam a esquemas hirtos, organizados em árvore ou tronco; são antes rizomas, realidades fluidas, líquidas, sempre a escorrer de umas para as outras, sempre em devir, sempre em processo de congelar e de derreter.

É esse movimento da vida, é esse o movimento da comparação, tanto ao nível qualitativo, mais ligado muitas vezes ao emocional, como ao nível do raciocínio (eis mais uma dicotomia absurda, claro). Quando optamos, estamos sempre a pressupor uma intuição que resulta de uma comparação espontânea, digamos: isto é bom, ou isto é a única saída, vou por aqui e não por ali, etc, etc. O próprio processo de sedução é um processo de verificação, de re-conhecimento, em que estamos sempre a comparar: gosto, não gosto. Só que esse processo é em grande medida inconsciente, e esse é o contributo que a psicanálise trouxe. Quem não o considera testemunha uma sensibilidade em “bruto”, não compreende - não sente - a complexidade sensível do ser humano.

Comparar em arte é uma coisa, comparar em ciência é outra, comparar em filosofia é outra ainda. Mas no fundo nada disso são compartimentos estanques. A comparação na realidade visa a fusão das coisas, a síntese, a categorização. Comparar é arrumar, em muitos aspectos. Mas temos de nos precaver contra o nosso pensamento demasiado categorial, funcionando por categorias binárias (de que a digitalização do mundo, a sua divisão em zeros e uns é a apoteose final, até agora - é uma engenharia profundamente redutora, e aliás uma utopia). E temos de pensar que o fundamental é o CRITÉRIO da comparação, a sua pregnância, a sua utilidade hermenêutica, e não qualquer essência das coisas ou dos métodos que ditasse que determinada coisa é comparável, ou não,

com outra. Alhos e bugalhos podem confundir-se ou não, conforme o objectivo em vista, ou seja, a pertinência da questão. E a pertinência da questão só aparece com a resposta e com o temporário consenso, ou admiração, ou aplicabilidade, de tal resposta.

Enfim, isto dava para um texto muito longo...

O que já não tenho pachorra por vezes é ver as pessoas a discutirem coisas num novelo de confusões, apegando-se às palavras e a todo um pensamento espontâneo... compara-se, não compara, é comparável, não é comparável, etc. Nenhum Deus no princípio do mundo nos obrigou a ser assim limitados. Nós é que nos limitamos, pela nossa preguiça de aliar ao pensamento a mesma “aisance” com que comemos, dormimos, caminhamos, encontramos pessoas, amamos, fazemos amigos, escrevemos blogues, incluindo estas notas que eu aqui escrevi... lutando contra o que nos dificulta ver bem o ecrã, tal como acontece com o senso comum, que, se nos ajuda no quotidiano ordinário (vulgar), se torna ordinário (boçal) quando transposto para o raciocínio. É uma monstruosidade, uma torção.

Quando dizemos de alguma coisa que ela é incomparável estamos apenas a usar uma figura da retórica elogiosa ou pejorativa: é realmente tão diferente que não tem paralelo fácil à vista, confrontação possível (para melhor ou para pior). Estamos tão só e apenas a afirmar uma relativa unicidade da coisa (monstruosa, bela, sublime, etc), levados pela nossa convicção.

Neolítico e Civilização

Acaba de passar no canal 2 da RTP (8.2.2009) um documentário sobre o Neolítico e (como epílogo) as origens da civilização. Algo onde depunham investigadores franceses (J. Guilaine, por ex.), americanos, alemães, canadianos, de origem inglesa (I. Hodder, por exemplo), etc.

Focavam-se vários pontos cruciais: a caça e a recolção foram importantes na vida humana durante muito mais tempo do que se julgou.

Como já bem se sabia, a sedentarização no Próximo Oriente (PO) é muito anterior à agricultura.

Também a conservação de alimentos (com a possibilidade de armazenagem e portanto de deslocções muito mais episódicas) é em geral muito anterior ao chamado Neolítico: ponto relativamente assente, ficando apenas a pairar o que é isso da sedentarização... coisa muito variada...

A agricultura (domesticação de plantas) é pelo menos em certos locais mais antiga em talvez 1.500 anos em relação à domesticação de animais que compõem o conjunto habitualmente associado ao PO: cabra, ovelha, vaca e porco.

O cão, como bem se sabe, é de domesticação muito antiga, é um “companheiro” do caçador-recolector. A domesticação “neolítica” (atestada por exemplo em Chipre) do gato pode estar ligada à proliferação de roedores, de ratos que se alimentavam de cereais armazenados, e portanto o gato seria um animal, por assim dizer, dos agricultores, segundo autores que intervêm no filme referido acima.

A caça permaneceu durante tanto tempo dominante (como em Çatal Hoyuk, na Turquia, por exemplo) que se aventa a hipótese de certos animais terem sido primariamente domesticados não para a utilização de carne, mas de leite. A comprovar-se tal, lá vai pelos ares a famosa RPS (Revolução dos Produtos Secundários, uma

invenção de Sherratt em que muitos colegas acreditaram, de forma firme, querendo ver sinais dela em toda a parte, até em Portugal).

Também a propósito da famosa figurinha de mulher de Çatal Hoyuk, que constitui o logotipo daquele sítio e quase que do Neolítico turco, bem como de outras figuras similares, Ian Hodder vem dizer que não temos qualquer motivo para as considerarmos “deusas-mães”, como desde o século XIX muitos autores convencionaram chamar-lhes (era interessante fazer a psicanálise de tal obsessão). Aventa antes aquele autor uma ligação (pelo menos em Çatal Hoyuk) da mulher ao mundo dos mortos, mortos esses enterrados dentro das casas, e parece afinal que (pelo menos em alguns casos) em enterramento primário (quando antes se julgava que eram sobretudo, para não dizer na totalidade, enterramentos secundários). Ou seja, diz Hodder, as pessoas ao entrarem em casa entravam num mundo protegido pelos antepassados, dormindo literalmente sobre os restos dos mesmos em decomposição.

Guilaine por seu turno ainda avança com a ideia da casa rectangular, expansível, e divisível interiormente, enquanto evolução da casa mais “primitiva”, circular, mais limitada... como certos arquétipos são persistentes mesmo nos melhores investigadores!

A própria arquitectura megalítica, com grandes menires em forma de T, aparece no Sul da Turquia associada a caçadores-recolectores (estudo alemão). Para já não falar de aldeias e grandes aglomerados onde a caça e a recollecção foram, durante muito tempo, a base da alimentação. Enfim... um mundo a mostrar a nossa ignorância e o extremo cuidado que devemos ter nos dogmatismos explicativos, sobretudo aqueles que somos obrigados a ensinar as novas gerações num quadro de aprendizagem cada vez mais moldado à feição do “fast food”, do curto prazo que domina a nossa economia geral.

Algo que todos os autores do documentário evocam é a nova “mentalidade” que está por detrás de um mundo em que a caça e a recollecção deixaram de ser as formas dominantes de aprovisionamento de bens alimentares. Também acentuam a extrema variabilidade destes fenómenos de uma área do globo para outra, etc.

Mas o difusionismo continua a estar por detrás da explicação da chamada “neolitização” da Europa... se tudo fosse assim tão simples... tudo já basicamente explicado... tal não é plausível!

Sobretudo, porém:

O que é mais interessante observar nesta ideologia é o evolucionismo, verdadeira ideologia europeia desde as Luzes, e que autores franceses como J. Guilaine ou Jean Paul Demoule (ver livros recentes dele e actividades do INRAP) continuam a utilizar, com recurso a paralelos etnológicos e a inspirações que foram desenvolvidas nos EU e no RU com a nova arqueologia/processualismo.

O evolucionismo cultural é uma teleologia da história em que se vê que, por uma sucessão encadeada de “acazos” e de “necessidades” (e “pouco a pouco”, uma frase que JG utilizava muito no filme), sociedades essencialmente horizontais passaram progressivamente a piramidais.

A história teria assim dois “volants”, que seriam o da caça-recollecção e das sociedades igualitárias (Paleolítico, a versão moderna do bíblico Éden) e depois o das sociedades de agricultores/pastores, com um grau de violência, de conflito, de

vontade de domínio sobre a natureza, os animais, as plantas, os outros seres, que seria o “Neolítico” (o mundo até hoje, pois apesar da industrialização ainda continuamos a alimentar-nos na base de uma “economia de produção” de bens agrícola-pastoris, digamos), incluindo novas formas de mentalidade e de gestão da natureza, entre as quais o Estado e os seus aparelhos de controlo seriam fenómenos de emergência recente (a chamada civilização).

Portanto, em filigrana, e por detrás desta IDEOLOGIA, continuam duas linhas de força:

- a ideia de natureza ameaçadora contraposta à ideia de cultura protectora;
- a ideia de que há uma linha de continuidade através da história que se pode ver de acordo com um domínio crescente dessa natureza e uma proliferação do artificial. Uma teleologia à luz da qual a sociedade em que vivemos nos aparece legitimada em raízes milenárias.

Salta pelos olhos dentro o carácter convencional desta narrativa, desta cosmogonia ocidental de origem judaico-cristã, ao mesmo tempo que começam a surgir contradições nas suas formas mais toscas e simples (funcionalismos, “pacotes neolíticos”, vagas de avanço, colonizações, noções sobre origem da religião e outras histórias, digamos, algo simplificadas, diria infantis). Estas matérias, que já se discutem desde os gregos (certamente desde antes deles...) ainda vão fazer correr muita tinta, como costuma dizer-se. Mas certas ideias feitas começam a desfazer-se, enquanto, em background, o fundamental suspeitamente se mantém igual, como uma moldura de que não conseguíssemos libertar-nos. Como se sabe bem, é essa mesma a definição de ideologia; aquilo que nos aparece imediatamente à consciência como insofismável, quer dizer, como um soco a-histórico e indiscutível, como uma crença, como uma convicção, como uma evidência. Só um tolo, um ignorante ou um presunçoso (um relativista pós-moderno, por exemplo, para alguns, que se julgam detentores da verdade) põe em causa esse “common ground”, aceite como doguia.

E no entanto, a presunção é julgar que há um “common ground”, um adquirido, algo que atravessará os séculos, e que a ciência é um conhecimento cumulativo que apenas se limita a aperfeiçoar no detalhe esse “common ground”. Trata-se da suprema ilusão. A ciência não precisa de ser nada disso, nem desconstruir mitos é relativismo negativo: são o próprio motor do conhecimento a inquietude e a vontade de, sabendo-nos sempre dentro de uma determinada ideologia ou paradigma (conjunto de axiomas) querermos pelo menos ter a imaginação (poderá considerar-se ilusão... problema muito complexo) de sair dela, de ganhar distanciamento crítico, de ver de um “fora” que obviamente está sempre “dentro”.

Claro que temos de dar o desconto a estes filmes de divulgação, e aos colegas que neles depõem, porque quando qualquer um de nós é interrogado pelos media também se vê na necessidade de dizer umas coisas rápidas, acessíveis, que desmontem certos mitos (senão não é notícia) mas que nunca ponham em causa as expectativas principais (senão isso nunca chega a ser editado, ou essa passagem é cortada do filme, digamos). Ou seja, o quadro em que somos entrevistados não nos pertence, engole-nos, é perverso, arrasta-nos para a repetição e para o pitoresco, para o entretenimento.

Em suma, temos de contar uma história mais ou menos plausível, sentindo-nos às vezes muito mal por nos estarem a ver como cientistas (a dizer a verdade, portanto; as pessoas querem a verdade, querem acreditar, precisam de fé como de pão para a boca) e nós a sentirmo-nos uma espécie de prestidigitadores (a tirar da cartola os coelhos esperados pelo público para receber palmas, aprovação, e nos deixarem sossegados).

O “Portugal interior” depois dos “Paleolíticos” e antes dos “Romanos”: a Pré-história Recente (o Holoceno dos VI ao I milénios a. C.) do “país profundo”

“Portugal interior” – este conceito deve ser entendido de forma ampla, ou seja, correspondente não só a toda aquela faixa raiana em contacto mais directo com a Espanha mas, também, a toda uma zona muito mais ampla do “Portugal médio” que se encontra a uma certa distância do litoral onde ainda hoje a maior parte da população (c. 75%) se concentra, e onde as características de “ruralidade”, apesar da recente extensão urbana e das acessibilidades, são ainda notórias. É outra densidade de população e de serviços, é outro ritmo, é outra paisagem: é outro “mundo”.

Ora, temos sempre de começar pelo presente para o passado, porque o que nos interessa compreender é como é que se deu historicamente esta “litoralização” do nosso território, não em época histórica, assunto relativamente bem estudado, mas para vermos se antes da presença romana havia sinais dessa “diferença” entre um “litoral” estreito e mais povoado, em ligação com o mar, e um “país interior”.

Que “geografias” (físicas, sociais, culturais, mentais) se desenhavam em cada momento, quando as pessoas iniciaram e incrementaram uma abordagem do território que, não sendo “administrativa” e totalizante como a do Estado, não obedecia já à lógica da “apropriação” ou vivência do meio “paleolítica”, ou seja, a um modo lasso dos seres humanos se relacionarem com esse meio?

Esse é um problema importante, porque se intercala entre o “absolutamente Outro” (o Paleolítico, obviamente uma construção simplificadora actual para podermos pensar, uma convenção) e a nossa própria cultura, que começa com o Estado, a escrita, a cobertura administrativa do território segundo um “projecto global”, etc.

Trata-se de estudar comunidades que estavam em relação entre si, e que partilhavam muitas coisas e ideias, circulando no território, mas onde este território tinha barreiras simbólicas e formas de representação menos lassas do que as “paleolíticas”.

É no fundo um processo muito variado, local, de comunidades orais, sem escrita, e cuja principal “inscrição” intencional no território consistia na sua “monumentalização” perdurável, quer dizer, na fabricação de sítios, de espaços e de paisagens com visibilidade e dureza, persistência, numa concertação de esforços nunca até então vista. Mesmo os seus grafismos (aquilo que toscamente se chama arte rupestre) não tinham a mesma lógica dos paleolíticos: há aqui um jogo de “citações”, de transplantes, de transformações do meio que é de uma lógica global diferente, na sua imensa diversidade.

Uma teia dessas emerge em rede, autopoieticamente, sem que se possa encontrar uma razão ou motor primário. É essa não centralidade de fundamento que torna estas sociedades fascinantes: são ainda muito lassas, não têm provavelmente a ideia de se apropriarem do território senão à escala muito local, mas manipulam uma variedade de

materiais e usam uma diversidade de técnicas antes não utilizadas; cristalizam aqui e ali diferenças entre seres humanos que antes não seriam concebíveis.

Claro que se trata de um problema mental, de cosmovisão, que está ligado talvez à criação de novas formas de intimidade e de centralidade (família, recinto, cosmos como um todo significativo, nomeadamente em torno dos movimentos astrais, etc) que no longo prazo se desenvolve ou amplia, visto como um todo, mas certamente de forma muito complexa, e que se intercala entre o mundo paleolítico, de grande lentidão, e o mundo do Estado, de grande aceleração.

Estão assim aqui presentes todos os problemas das ciências sociais: relações seres humanos/meio, problemas de género, questão do laço social e da identidade grupal, relação com a “natureza” e “domesticação” de alguns elementos desta, importância do parentesco e das genealogias, problemas relacionados com a liderança, a fronteira, o antepassado, a memória, a legitimação de diferenças, a gestação de “aristocracias” (gente que se legitima na sua “superioridade” por circunstâncias de nascimento e genealogia), o poder, a fixação de percursos, contactos, territórios, enfim, uma infinidade de marcas deixadas no mundo, que é anterior à burocratização estatal. É esse mundo que nos interessa estudar nas suas mais variadas manifestações.

A história, que é sempre uma visão interpretativa retrospectiva, mostra-nos basicamente três fases, de modo muito esquemático: uma fase “paleolítica” pela qual passaram quase todos os sítios do mundo (e de que os caçadores-recolectores actuais não são um resíduo, não, eles são tão “modernos” como nós), muito uniforme (claro que comparativamente muito menos monótona e mais acelerada nas suas fases terminais); a fase em que estamos há cinco mil anos, a mais curta, de emergência do Estado e dos processos de controlo globais e planetários, ligada a uma categorização das diferenças, aos conhecimentos “científicos”, à standardização da arte, às filosofias e grandes sistemas religiosos, etc. O facto desse mundo abrir brechas permite-nos entrever tudo o resto, que é muito mais vasto, que o rodeou e/ou que existiu antes dele próprio ser, dele emergir.

Pois é esse “resto”, um resto estratégico, que importa compreender. Se a arqueologia, como profissão, tem interesse mais que evidente em se unir, em se apresentar homogénea e coesa para o exterior, enquanto pesquisa a chamada Pré-história é um campo autónomo, que tem urgência em se redefinir, libertando-se dos evolucionismos e dos processos teleológicos.

Julgo que deve ser esse o nosso projecto, arqueólogos da Pré-história, que nos sentimos cientistas sociais, e não naturalistas ou geólogos, com todo o respeito por esses outros investigadores. São problemas que dizem respeito à esfera do “mental”, relacionados com a psique humana (não com uma natureza humana imutável, mas com uma realidade sempre contextualizada e sempre imbricada na acção) que nos movem ao estudo, de um ponto de vista materialista, isto é, eliminando as transcendências, as teleologias e os finalismos inerentes ao discurso histórico mais habitual. É aqui e agora que começa o nosso esforço, para obter um espaço de manobra entre as ciências sociais, e libertos de tutelas, seja da antropologia física, seja da genética, seja mesmo da antropologia cultural/social corrente, seja das chamadas ciências da mente ou da cognição, seja da primatologia, seja do que for.

Há um espaço que, antes de qualquer inter ou transdisciplinaridade, é só nosso, o dos arqueólogos da “pré-história”.

Não nos diluímos no resto da arqueologia, nem da história, nem da paleontologia, nem da linguística histórica, etc, com todo o respeito que esses saberes nos merecem.

Há uma prática, uma experiência, uma metodologia e uma visão do mundo que é nossa, e, por ser nossa, é que deve e tem de ser partilhada e entendida pelos outros como um (grande, porque específico) valor. Um património e um projecto.

Federador das mentes livres e jovens, que as há neste país, entre os que se interessam por estes temas, que achamos (que eu acho) cruciais e fascinantes.

Sítios “monumentais” do Calcolítico: a nossa responsabilidade

Durante o III milénio a. C. construíram-se na Península Ibérica sítios de grande porte, destacados (pelo menos em relação a certos pontos de observação) no território, e que “faziam corpo” com a paisagem circundante.

Esses sítios “monumentais” são normalmente designados, na “literatura da especialidade”, “povoados fortificados”. Estou evidentemente a referir-me não a locais com estruturas em negativo, do tipo fosso, situados em vales e/ou em encostas, e a muitos outros atribuíveis a este período dito “calcolítico”, e portanto desde logo a escolher uma sub-categoria de sítios, se tal categoria é concebível, e não uma simplificação abusiva.

Em 1994, Susana Oliveira Jorge, a partir da sua experiência de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.^a N.^a de Foz Côa), e de uma análise comparativa que fez à escala peninsular, concluiu pelo carácter arbitrário e redutor da designação “povoados fortificados”, mostrando como debaixo dela se esconde uma enorme variabilidade e toda uma ignorância nossa, decorrente de serem muito poucos os sítios sistematicamente (bem) escavados e publicados.

A verdade é que só o estudo exaustivo de toda uma região, com escavação de vários tipos de sítios potencialmente conexos, poderia abrir-nos portas para a compreensão da rede de locais e de trajectos em que estes sítios se inseriam.

A arqueologia portuguesa - e mesmo a arqueologia a nível internacional - nunca teve fôlego para um trabalho dessa natureza e escala, envolvendo equipas estáveis, dezenas de pessoas e décadas de estudo, como acontece em qualquer outro ramo produtivo do conhecimento científico. Assim sendo, não se pode mais do que ter intuições apoiadas nas pesquisas que se vão conseguindo fazer, sendo muitos dos debates meramente “académicos” no pior sentido. Não há nenhuma fraqueza intrínseca à arqueologia (destruição de grande arte dos seus “documentos” pelo tempo, e outras banalidades que as pessoas repetem) - há apenas uma debilidade política que conduz ao seu processo débil de produção. A capacidade negocial é mínima.

Quer dizer, enquanto alguns arqueólogos se entretêm a debater, os “gestores do território”, e outros utilizadores “práticos” do mesmo, beneficiados com tal entretenimento, vão procedendo com poder e meios à devastação do que existe no terreno para a investigação desres problemas. De modo que a questão teórica e prática estão mais uma vez ligadas: pequenos meios, grandes debates...grandes sábios, impotentes actores sociais que vão cedendo sempre e agradecem muito por um quadradinho de espaço... ou seja, agradecem a esmola de poderem ir continuando a escavar um sítio, como se fosse uma questão de sobrevivência ou um prazer privado...

Seja como for, neste campo do Calcolítico português, o trabalho de S. O. Jorge não pode ser esbatido na sua importância inovadora (e não só para um local específico, considerando-se Castelo Velho como uma excepção e continuando a tratar os restantes sítios da mesma maneira, como alguns fazem), como também o que já outros autores vêm felizmente realizando na mesma linha, e que mostra à evidência a complexidade do assunto.

Aqui queria lembrar sobretudo o seguinte:

Quando se observam as plantas, as fotografias, e a realidade ao vivo de sítios como Los Millares (Almería, Espanha), Leceia ou Zambujal (Estremadura portuguesa) e Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V^a. N.^a de Foz Côa), para só citar alguns deles, torna-se evidente um certo “ar de família” ao nível da concepção do espaço e de outras características arquitectónicas. Esse “ar de família” (a que alguns chamariam “estilo”, mas essa para alguns é uma palavra perigosa, porque entifica, ou porque lhes lembra as interpretações do histórico-culturalismo), que por intuição observamos, pode evidentemente vir a revelar-se ilusório.

Mas vejamos: o que caracteriza basicamente estes sítios, tão importantes no património arqueológico peninsular (Los Millares, Almeria - e Vila Nova de S. Pedro - Azambuja, neste caso - são dos locais mais citados em toda a bibliografia sobre a Pré-história da Península Ibérica)?

Têm normalmente várias linhas de “muretes” mais ou menos concêntricas, e por assim dizer as elevações (colinas, ou outras) em que se inserem são “transformadas” por esses dispositivos, tornando-se desse modo toda a elevação no que hoje chamamos um “monumento”, quer dizer, uma estrutura imponente, complexa, labiríntica, e com grande quantidade de objectos para ali transplantados.

Essa “transformação” é no sentido de “acasalar” sistematicamente as características geomorfológicas do local com as realizadas pelos seres humanos, numa união entre “natural” e “cultural” que esbate, por absurda, esta dicotomia; como se de uma gigantesca escultura se tratasse. Ora, ninguém se lembraria, numa escultura, ou mesmo numa “instalação”, de querer conectar certas características com “o natural” e outras com “o cultural”. Uma vez em curso o processo de esculpir e de fazer/refazer - processo esse certamente mais importante do que o próprio “objecto acabado”, como tendemos a pensar hoje - o que seria importante seria a enorme afectação de energia (física e “moral”, digamos), suportada por uma convicção colectiva, por uma crença partilhada, a um determinado local.

Uma vez iniciado o processo, parece que este funcionava como bola de neve, no sentido de ser mantido e eventualmente reforçado e transformado. Ou seja, há aqui uma temporalidade importante, uma memória. Querer saber o sentido último ou único dessa memória não é apenas uma utopia, é uma questão mal posta: não há sentidos primeiros para as coisas, o mundo não nasceu virgem num momento determinado, qualquer passado tinha já, também ele, passado, antecedentes. E mesmo as fases de ruptura, a comprovarem-se, acarretam muito do que existia antes, remodelam e retribalham evidentemente o que já havia...

Os chamados “sítios calcolíticos” (da Idade do Cobre, enfim, tudo designações convencionais), que em abundantes casos entrarão claramente pelo II milénio a.

C., eram susceptíveis de muitas representações por parte das populações que os construíram e mantiveram, e a eventual conflitualidade de tais “negociações de sentido” é apenas admissível como hipótese, uma vez que não somos contemporâneos dos “jogos de estatuto” que se disputavam através da construção destas “cenografias” e das performances de que elas eram “cenário” (para usar umas palavras convencionais).

Mesmo que fôssemos contemporâneos de cada um dos momentos em que, ao longo dos séculos, “aconteceram coisas”, se deram eventos, nestes locais, apenas ficaríamos tal como o antropólogo actual: com um “presente etnológico” (fabulosa invenção) que tem tudo de artificial, até nas narrativas que as pessoas transmitem.

É muito importante esta consciência básica de quem aborda os temas do ser humano e da sociedade: estas realidades são “matérias sensíveis”, a criatura humana é uma criatura da ambiguidade por definição, de forma que a ilusão de uma realidade “aí fora” estática, atingível pelos métodos da ciência, a realidade de um passado acontecido, é um mito ingénuo. Perceber essa ingenuidade é condição “sine qua non” de um maior aprofundamento dos problemas, do seu afastamento em relação à consciência espontânea, não elaborada.

Há uma realidade que se nota em algumas destas edificações: os muretes estruturantes do espaço (seguindo tendencialmente a linha curva e casando-se com o terreno) são providos de protuberâncias sub-circulares, voltadas para o exterior, que são espaços secundários de deposição, e a que por convenção os arqueólogos se habituaram a chamar “bastiões”. Sem dúvida que eles criariam um efeito cénico e uma ritmicidade estética, mas o mais importante é serem locais onde se punham coisas junto a linhas de limite, de limiar (os muros). Ridiculamente, algumas furações baixas existentes nestes “bastiões” foram interpretadas como “seteiras”, quando podiam ter servido para uma multiplicidade de outros fins relacionados com as construções e com o que nelas se depunha (como por exemplo para o encaixe de vigas...). Para mim é mais importante essa característica «objectiva» que se observa do que a sua interpretação apressada.

Também é muito importante ver que alguns pelo menos destes sítios estão em esporões ou em plateaux alongados, e que a sua zona mais reservada (nuclear) podia estar numa extremidade (como no caso da famosa “cidadela” de Los Millares) em posição oposta às linhas de muretes com “bastiões”, ou pelo menos em relação às mais importantes destas linhas, como se vê em Los Millares, Leceia ou Zambujal. Mas esses esporões, mesmo que assentem na rocha de base e estejam mais erosionados ou as suas estruturas menos visíveis, devem ser estudados cuidadosamente. O arqueólogo tem de deixar de andar atrás do mais visível, tem de deixar de ser um antiquário, de vez, para ter um método de «varrimento» do terreno, estando atento às mais pequenas coisas.

Ver o que toda a gente vê não é mérito nenhum; importa tentar por intuição encontrar o exemplo paradigmático (no sentido de G. Agamben) de algo que ainda não conseguimos demonstrar, de uma generalização ou síntese de que ainda estamos à procura. Há que, ao lado da dedução e da indução instaurar um procedimento “para” (Agamben - no sentido em que falamos de paradigma ou de paradoxo), um movimento no sentido de abertura à novidade que não está em lado nenhum, para ser desvelada, mas pode demonstrar a sua própria racionalidade a um olhar novo, inter-subjectivo,

como quando acontece estarmos numa escavação e de repente sermos surpreendidos por uma intuição partilhada. É por esse momento precioso, por esse “encantamento”, que a pesquisa científica é tão maravilhosa, e não pelo achado de objectos retumbantes e misteriosos, porque então nesse caso íamos para um país exótico recolher múmias. Quer dizer, estar atento à capacidade paradigmática, exemplar, que a realidade tem de apontar para algo que ainda não é, nem precisa de ser, universalizável. No sentido de uma para-ontologia de que fala Agamben.

Os sítios calcolíticos do nosso território são um património muito importante, como são as necrópoles megalíticas (tão estraçalhadas já pelo “desenvolvimento”) ou os castros mais tardios, para o entendimento de como se estruturou o espaço, de como o espaço e os objectos eram realidades transaccionais, quer dizer, elementos activos de um diálogo entre seres humanos.

Nenhuma sociedade humana alguma vez se constituiu sem elementos fora do humano (verdade de La Palisse), fossem eles animais, plantas, objectos diversos. A fabricação de grandes objectos arquitectónicos é um elemento básico da constituição de um fundamento (archè, radical comum a arquitectura e a arqueologia) para a vida colectiva. Não tratemos pois estes grandes dispositivos do III/II milénios de ânimo leve. É preciso é lê-los com cuidado e atenção, e tempo, que é aquilo a que praticamente não temos acesso, o que é gravíssimo, pois o tempo é o elemento básico do amadurecimento e da criatividade.

De facto, retirarem-nos o tempo de investigação (criando cursos apressados e obrigando as pessoas a trabalharem em empresas para poderem pagar pós-graduações que entretanto não estão a fazer dignamente porque não têm tempo) é uma perversão terrível. É uma castração. Este problema da arqueologia é muito interessante porque traz atrás de si, como sintoma, tudo o que carecemos. E o que carecemos é de mais gente competente (não num sentido redutor e “técnico”, mas num sentido de uma bagagem amadurecida, de uma boa “cultura geral”, de uma cultura de interrogação) no terreno, enquanto não são varridas definitivamente do espaço público formas (testemunhos, traços) com que comunidades orais, que pensavam e sentiam diferentemente de nós, inscreveram nele sentidos, que obviamente desapareceram. Agora só estamos nós e a nossa responsabilidade.

Formas de construção da coesão comunitária no III e II milénios a. C. no Alto Douro português

No Alto Douro português a época que grosso modo se intercala entre o mundo dos caçadores-recolectores (Paleolítico, Neolítico antigo) e o mundo das sociedades mais ou menos fortemente hierarquizadas (Bronze Final, Idade do Ferro), isto é, em geral o que na Europa se designa Neolítico, ou, em termos neo-evolucionistas, processo de neolitização no seu sentido mais amplo, era praticamente desconhecida até finais dos anos 80, inícios dos anos 90. A década de 90 do séc. XX e a primeira década do séc. XXI têm vindo a assistir a um incremento das pesquisas, através de prospecções e de inventariação de sítios e outros dados, de escavações de dois locais de altura (Castelo Velho de Freixo de Numão de 1989 a 2003 e Castanheiro do Vento de Horta do Douro a partir de 1998, e agora em curso – ambos situados no concelho de Vila Nova de Foz Côa), e de trabalhos conexos que inclusivamente recuam até ao Neolítico

antigo (sítio do Prazo, de Freixo de Numão). Esta actividade tem sido coordenada e participada por elementos da Universidade do Porto e investigadores do CEAUCP (FCT), mas também do IPT de Tomar, e sempre em articulação com a associação ACDR de Freixo de Numão e com a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, e almeja uma mais profunda articulação com o PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa) que, na região, é um pólo arqueológico fundamental. O apoio do então IPPAR, agora IGESPAR, nomeadamente de 2001 a 2003, foi decisivo. Os resultados substanciais são conhecidos, para além do número das publicações feitas (a nível local, nacional, ou internacional), das intervenções em reuniões científicas a todos os níveis e escalas, do interesse crescente que vêm suscitando por parte de colegas e Universidades estrangeiras, do funcionamento ali de cursos práticos de campo, onde, desde 1989 até hoje, já participaram muitos milhares de voluntários, e dos trabalhos académicos produzidos, sejam eles relativos a conclusão de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento, e mesmo de âmbito pós-doutoral. É indubitável pois que, pelos resultados obtidos (nomeadamente com o sítio de Castelo Velho aberto à visita pública, e com a criação de um núcleo museológico de Pré-história, em curso de desenvolvimento e organização, integrado no Museu de Freixo de Numão) pelas sinergias criadas, pelas expectativas futuras, e adentro do se convencionou chamar a Pré-história do território português, o núcleo das investigações mencionadas é neste momento um pólo de referência a nível nacional e internacional.

Qual é basicamente a problemática que se tem desenvolvido em torno dessa experiência, e que subjaz nomeadamente aos vários projectos plurianuais aprovados pelo IPA/IGESPAR ? É esse núcleo problemático que justifica a continuação dos trabalhos, que se não reduzem a escavações/prospecções/ investigações de museu (mau grado a sua importância decisiva), mas têm uma problemática subjacente, que, é claro, nem se mantém igual desde 1989, nem tem de ser partilhada de igual modo por todos os investigadores ligados a este pólo de pesquisa. Tem sido procurado sempre um equilíbrio entre a especificidade das questões de cada um e o diálogo necessário (quer dizer, o “terreno” aceite por todos) para a prossecução coerente das pesquisas.

Não se trata (apenas) de compreender sítios e territórios de um ponto de vista arqueológico “clássico”, e de os integrar em interpretações histórico-culturais (quem - que “culturas” -, quando, como e com que fim “ocupou” - ou “ocuparam” - um determinado espaço do Alto Douro no III e II milénios a. C.) ou processualistas (quais as tendências gerais de “desenvolvimento” de sociedades de bando para sociedades linhageiras ou de “chefado”, recorrendo-se ou não ao chavão pseudo-marxista de “modos de produção”, etc.).

Trata-se de ir muito mais além do que aplicar “receitas” gerais de pseudo-explicação “historicista” a uma época/zona definidas. Isso seria mais do mesmo, ou seja, estéril. Trata-se de um processo contínuo de desconstrução de conclusões aceites como certas e definitivas, no sentido por exemplo de Jacques Derrida, que, como se sabe, nem tem nada a ver nem com relativismos nem com a validação de «explicações» definitivas, mas implica uma concepção do saber em permanente construção. O pensamento da desconstrução é, creio, o único pensamento construtivo possível, e portanto aquele que em última análise pode ser inovador cientificamente.

Ou seja, trata-se de um saber que contribua para um propósito interdisciplinar, a partir do ponto de vista e da experiência da vulgarmente chamada “arqueologia pré-histórica”, ou seja, o de conhecer como se tece, se reforça, ou enfraquece, o cimento social, o laço social, o que leva os seres humanos a serem constituídos e a constituírem comunidades e a permanentemente negociarem modos de equilibrar a agressividade e a generosidade, a troca/intercâmbio e a procurarem permanentemente estádios de equilíbrio entre os pólos opostos do conflito e da paz. O conflito e a paz, a reciprocidade negativa e a reciprocidade generalizada (a hospitalidade, no dizer de Derrida) são os dois pólos extremos permanentes do ethos humano.

Como foram eles “geridos” em sociedades, ou em modos de sociabilidade (para se ser mais preciso) que existiram durante o III e o II milénios a. C. (particularmente, neste último milénio, durante os seus três primeiros quartéis)? Como interagiram comunidades e meios ambientes, construindo-se mutuamente, numa tal “fase”? Que especificidades locais assumiram e qual o significado dessas especificidades de cada contexto quando comparado a diferentes escalas (sítio, paisagem envolvente, território, Península Ibérica, Ocidente mediterrânico, etc.)?

Concentramo-nos em particular na questão da acção “construtora”, “arquitectónica” (assumindo a convencionalidade óbvia do conceito) das comunidades, em sítios de intensificação de actividade, quer dizer, em espaços definidos onde, durante centenas de anos, continuada ou descontinuadamente, se operaram acções que envolviam necessariamente a mobilização de muitas pessoas e de muitos materiais, locais e alógenos. Chamamos-lhes, também convencionalmente, colinas monumentalizadas,

Tal como aparecem ao olhar do arqueólogo de hoje, essas “colinas”, apesar de muito alteradas pelas destruições históricas, principalmente recentes (florestações, uso agrícola) “contêm” um conjunto de características que, sendo locais e mesmo micro-contextuais (e produto de uma determinada técnica de abordagem por nós, é claro) permitem por essa mesma razão (a da análise fina, detalhada, descritiva, mas sempre no sentido de uma leitura necessariamente interpretativa e portanto provisória) colocar um conjunto de questões que julgamos pertinentes.

Este ponto é decisivo: encontrar (e reformular constantemente) as questões pertinentes é a principal tarefa do investigador (desconstruir para poder construir), porque colocar uma questão é estabelecer desde logo a moldura da(s) resposta(s) possível(eis). Isso implica um esforço de distanciação em relação às molduras correntes que enformam o trabalho arqueológico, tornadas paradigma dominante, e portanto não auto-reflexivo ao nível conceptual, quer dizer, destinado a ser mais do mesmo, destinado ao fracasso. Em “background” está pois uma preocupação que se articula com o pensamento crítico contemporâneo, que a nosso ver tem de ser necessariamente desconstrutivo no sentido derridaniano, para ser verdadeiramente produtivo e científico.

Que há de comum entre nós e os homens e mulheres (as comunidades do III e II milénios a. C.) que supomos, usando o senso comum, terem construído sítios que hoje designamos convencionalmente monumentais, carregando para eles o que parece ter sido uma parte muito importante da sua energia individual e colectiva? Como se agenciavam, nesse contexto, sentidos que na sua maior parte não seriam expressos (é

essa a noção de senso comum, ainda hoje), mas estariam permanentemente a construir-se (e a desconstruir-se, claro) através do diálogo e do confronto, a nível comunitário e individual? Que aportação específica pode o arqueólogo, através dos contextos concretos que estuda, dar ao entendimento de como se estabelece o consenso e o dissenso, de como se reforça ou destrói o laço social, de como se conseguem planaltos de estabilidade e se produzem fracturas, eventos, que provocam inovação? Esse é o pano de fundo da nossa problemática.

Queremos imaginar (propor interpretações plausíveis) através da experiência de arqueólogos, em que medida certos tipos de técnicas e de materiais, o estilo dos objectos (às mais diferentes escalas) uniu ou desuniu, pode ter contribuído para o fazer e o desfazer de alianças, de redes de intercâmbio, de identidades territoriais, de estatutos diferenciais, de modos de polarizar acções colectivas em torno de certos princípios/pessoas, como é que pela fabricação de «paisagens» sempre novas com pontos de referência “construídos” as comunidades se articularam ou desarticularam, estabelecendo redes de trajectos e portanto centros e periferias, corredores e fronteiras, um espaço habitado, um espaço negociado.

Se o conseguirmos (em termos de processo, ou de “work in progress”, e não de trabalho acabado, que nunca o está), conseguiremos perceber melhor como nós próprios actuamos, aqui e agora. Mais, muito mais do que contar a história, do que narrar o passado (necessidade ontológica indesmentível, a da constituição da memória, mas processo sempre em fabrico, porque do domínio do desejo, e portanto nunca totalmente satisfatório) o que queremos é, obviamente no presente que é tudo o que parece termos em cada momento (o próprio presente está em perda por definição, pois se define pelo que já não é, e pelo que ainda está para ser) ver mais claro qual é a nossa condição, seres que habitamos num espaço arqueológico, isto é, numa paisagem de traços, de heranças, de vestígios, mas onde constantemente se mobilizam forças para uma política do seu entendimento e, portanto, da sua reorientação.

Há uma maneira calcolítica de conceber certos sítios...

No passado dia 18 de Agosto de 2009, visitámos o sítio calcolítico de altura de S. Pedro, praticamente na vila de Redondo, Alentejo, que o arqueólogo Rui Mataloto tem vindo a estudar.

Torna-se óbvio que a existência de embasamentos pétreos de muretes com “bastiões” (designação puramente formal) constitui um estilo arquitectónico durante o Calcolítico peninsular, que vem (termo meramente descritivo) desde Almeria (Los Millares) até ao interior Sul e Norte de Portugal (Castanheiro do Vento de Horta do Douro, mas, embora menos conservado, Castelo Velho de Freixo de Numão), passando, é claro, pela Estremadura portuguesa. Os arqueólogos, tão prontos a encontrar estilos cerâmicos, e a tirar daí conclusões culturais, talvez devessem olhar mais para este estilo de muito maior escala, que tem a ver com uma concepção espacial e (diríamos hoje) estética, próprias. Não sabemos a extensão deste estilo na Península nem podemos fazer disso uma “cultura” (no sentido de Childe e de tantos outros) como há um século atrás. Constatamos apenas um modo repetitivo de conferir monumentalidade, mas não só: cada murete é um limiar. Se ele contém, em cada um dos seus “bastiões” (como os dólmenes de corredor de câmaras secundárias de toda a Europa) estruturas

ou deposições particulares, isso não é apenas uma opção que hoje designaríamos “estética”. Há uma vontade de “carregar simbolicamente” esses limiares, como se vê nas passagens, de que observámos uma muito bem conservada em S. Pedro, ainda com duas lajes fincadas laterais. As “portas” ou passagens foram sempre sítios críticos, ligados à ideia de limiar (diferença entre um interior e um exterior), simbólicos (até nas nossas casas de hoje...).

Pudemos também verificar afinidades construtivas no xisto, como a existência de grandes taludes de pedra monumentais, que a nosso ver, e com a devida consideração por outras opiniões, não são derrubes (os quais, obviamente, podem existir em todo o lado); são sim uma forma calcolítica de construir embasamentos monumentais, como se nota no Zambujal e noutros sítios, e em Castelo Velho e Castanheiro do Vento é mais que evidente: salta aos olhos.

Enfim, uma visita muito produtiva, que nos mostra o que há por fazer e por reescavar enquanto é tempo em Portugal neste típico modelo de arquitecturas, que configuram espaços de reunião e de reforço do laço social através do trabalho arquitectónico, por assim dizer. Era essa (a de servirem de símbolos comunitários, desde o início da sua construção), julgo, a sua principal “função”, para usar uma palavra desadequada.

Naturalmente, nesta apreciação rápida e comparativa há factores de subjectividade, e há que confrontar estas hipóteses com novos trabalhos, muito cautelosos antes de se desmontar seja o que for, ou mesmo em vez de estarmos tão preocupados com as chamadas “fases de ocupação”... sempre o eterno problema do arqueólogo, que temos de repetir cada dia para nós próprios.

É uma pena que um sítio como este seja em parte demolido por uma estrada, desde logo forçando as escavações a decorrer a um ritmo que o arqueólogo não desejaria, compreensivelmente, e por outro fazendo perder à vila de Redondo uma das suas pérolas. Mais tarde, quando já não houver remédio, outros responsáveis por este tipo de obras vão arrepende-se desta e de muitas outras amputações que o nosso património arqueológico sofre dia a dia, na mais total indiferença ou impotência por parte da população e das “elites cultas” do país.

Transplantes: Vila Nova de Foz Côa, há 5.000 anos, hoje

para a Susana

Quando penso no que poderiam pensar e sentir as pessoas que “fizeram e refizeram” Castelo Velho e Castanheiro do Vento (V.^a N.^a de Foz Côa) há 5.000, 4000 anos, e tenho a sensação de que era outra humanidade com pressupostos totalmente diferentes dos nossos, sinto uma espécie de vertigem. Por breves segundos afigura-se-me intuitivamente o que poderia ter sido, mas logo se esvai. É muito difícil meter isso em texto depois, porque pôr em texto é evidentemente uma encenação dessa vertigem que já se desvaneceu. Foi como quando tive consciência (c. dos meus 15 anos) do absurdo da pretensão de querermos acreditar na existência de Deus: tive a vertigem do nosso nada, da minha absoluta desqualificação, ou seja, de que a vida tem de ser vivida no luto do sentido, da perda abissal do princípio ordenador, e que de certo modo a beleza da vida é esse desamparo trágico. Sem perceber (sentir) isso, fica-se, sempre na minoridade. Mas para um adolescente de 15 anos é uma vertigem sentir/

perceber isso como num relâmpago insofismável. É quando ele começa a deixar de ser miúdo, ou seja, quando começa simbolicamente a ser pai dos pais, a libertar-se deles, a ver a sua menoridade a olho nu, a perceber-se sozinho no batel em que «se safou» do grande barco protector, e a sentir-se no alto mar, exposto e entregue unicamente à sua capacidade própria de sobreviver, ou seja, à iminência constante da morte, à sua instanciação permanente.

Para voltar aos construtores de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento.

Aqueles indivíduos manipulavam uma série de coisas que iam buscar/trabalhar aqui e ali, uma série de materiais, como troncos, plantas em geral, sedimentos, afloramentos, animais, líquidos, enfim, todo o meio-ambiente. E faziam nele, com esses elementos, uma série de TRANSPLANTES. É esta a palavra-chave. Por exemplo, Castelo Velho, na sua frente sul, a do esporão, era um espécie de pedreira que esteve sempre a ser trabalhada, como uma escultura. Mas todas estas palavras nos enganam, porque chamar “pedreira” é um funcionalismo simples, e falar de “escultura” uma esteticização abusiva. Fazia-se transplantes de coisas de um lado para o outro, e em sítios como Castelo Velho e Castanheiro do Vento vemos ainda concentrado o “resto” (o “resultado” alterado pelo tempo) dessa sequência por certo interminável de transplantes. Lascar a rocha xistosa de base para, com esses pedaços daí saídos, partidos em diferentes formas, compor e recompor um espaço, através da sua reaplicação (transplante) em muretes, embasamentos, etc. Certamente porque para além das suas propriedades “geológicas” (nossa visão) cada “pedra” tinha, conotadas, propriedades outras que nós hoje também identificamos (mas são as nossas, de hoje): peso, textura, cor, forma de se deixar talhar, etc, etc. O mesmo com o arvoredado, com os ramos que serviam para estacas, ou postes, ou armações de coberturas: as conotações que damos a um tronco mais ou menos grosso, a uma vara ou fibra que se mantém em tensão com outras para fazer um cesto, a ramos longos e elásticos que podiam entrecruzar-se no tecto de uma “cabana”, etc. Transplantes, transformações de elementos usados depois noutros compostos, noutras composições: essa a tarefa (a sua arquitectura, a sua engenharia) humana.

Mas as suas conotações de cada “momento”, ou seja, as suas relações com o conjunto ideológico/explicativo do mundo, suscitam-nos a tal vertigem da irrecuperabilidade. Irrecuperabilidade do que nunca existiu, porque nunca houve decerto um sentido fixo, bem definido, para cada coisa. Em cada época o que se verbalizava ou fazia dependia de um acordo inconsciente ou tácito entre os intervenientes, ou seja, na reprodução, reafirmação ou enfraquecimento desse sistema de transformações. Ora, um pensamento actual que passe pela ideia de inconsciente (tão presente desde a psicanálise, tão recuperado pelo estruturalismo e seus “avatares” posteriores, que ainda estamos a digerir) dilui de imediato a ideia de um sentido fixo para qualquer coisa, presente ou passada. Dissolve, subverte a transparência do signo. Há uma barreira entre significante e significado, como disse Lacan, muito para além de uma simples convencionalidade de relação como queria Saussure. O que significa, como acentuam Labarthe e Nancy (“Le Titre de la Lettre. Une Lecture de Lacan”, Paris, Galilée, 1990) uma subversão da linguística saussureana. Estamos entregues à deriva infinita dos espelhos. Assunto a desenvolver alhures, por certo...

Voltando ao passado: ou seja, a esse modo de se pensar, aqui no presente, é claro (não somos como meninos a brincar às máquinas do tempo), a que convencionadamente chamamos passado. O que aqueles seres humanos faziam era transplantar, tirar daqui, pôr ali, unir e desunir uma série de “qualidades”, trabalhando sempre (como nós hoje, pois partimos do princípio de que eram humanos como nós, não “extra-terrestres”) com os princípios da metáfora e a metonímia, quer dizer com a ambiguidade e multiplicidade dos sentidos, quer ao nível consciente, quer inconsciente. PORTANTO O SEU PRESENTE NUNCA SE LHES MOSTRAVA A ELES MESMOS COMO PRESENTE COMPREENSÍVEL, TAL COMO O NOSSO PRESENTE, QUE PENSAMOS O PRESENTE DELES, JAMAIS SE NOS REPRESENTA COMO COMPREENSÍVEL, TOTALMENTE ABRAÇÁVEL POR UMA TEORIA. Há que ultrapassar uma filosofia da representação, que é uma «teologia», uma vontade de recuperar a unidade do sentido totalizado. Isso – essa ultrapassagem - é um empreendimento muito difícil.

As pessoas manipulavam o mundo, transplantando partes dele de um lado para outro, partindo, colando, unificando, demolindo, em suma, transformando, mas não para chegar a uma “obra acabada” (a arquitectura pronta), mas pelo próprio acto de arquitectar. Arquitectar (o que só podia ser em conjunto) significa, pressupõe, o estabelecimento prévio de uma certa confluência de intenções. Mas não há um momento original em que uma série de indivíduos antes isolados (como se fossem seres contemporâneos, indivíduos “independentes” segundo a nossa maneira de ver/sentir) contratam entre si, por exemplo numa clareira da sociabilização, como quem diz: “temos de nos organizar, temos de começar a manipular isto de uma maneira concertada.” Não, esse momento primordial (e depois repetido em cada grande suposta fase, forma de reiterar o primordial) da constituição do grupo a partir de indivíduos é mítico; nós já nascemos num grupo e como produto de um “projecto” já em execução, quer dizer, cada um de nós vem ao mundo tarde e a más horas, e parte dele (morre) bem antes do que supunha (do que queria, um dos nossos enigmas é que mesmo moribundos nunca admitimos a morte), não temos mão nisto, não sabemos quem somos, etc. O inconsciente é o essencial de nós, o embraiador dos desejos, das crenças, das convicções, e portanto é preciso pensar a chamada “pré-história” incorporando a psicanálise (Freud, pois, mas também Lacan, aquele que se adentrou mais, filosoficamente falando, em Freud, para trazer o seu legado para a filosofia - e por isso é que se não pode já pensar um sem o outro) senão não se sai do realismo ingénuo da ciência corrente.

Transplantes de água para com a terra moldar a argila, misturada com desengordurantes, e “fabricá-la” em formas multivariadas. Transplantes de pedra. Transplantes de ossos humanos ou de animais. Transplantes de artefactos de todo o tipo, incluindo muitos intencionalmente transformados (lâminas de machados embotadas, moinhos manuais partidos, uma imensidão de coisas “alteradas”, partidas). Manipulação em suma do mundo, do ambiente, em que o papel da crença é crucial, da crença em que o que se está a fazer em comum tem um alcance que vai para além de uma qualquer conceptualização nossa (ou deles), de uma qualquer representação, porque grande parte desse elo de união é inconsciente.

É aqui que Pré-história e psicanálise se unem, e que se torna evidente que um sítio arqueológico é tão bom para pensar o humano como um livro de filosofia ou

a experiência do divã: são formas de concentrar a atenção, de nos separarmos do senso comum dos outros, de nos sociabilizarmos (entre aqueles que se interessam por estas coisas, quer dizer, pelo enigma do ser humano) e de criarmos uma rede de controvérsias, de transferências, de transplantes. Entre nós, sozinhos, com o cosmos à frente, na sua beleza infinita, sem o ruído de deuses nem de fadas: resplandecendo apenas pelo encantamento do nosso olhar.

A beleza do mundo é a beleza do nosso olhar.

O espanto do passado está a acontecer, aqui e agora, mais uma vez, e sempre.

Castanheiro do Vento 2009: começar a estudar o núcleo espacial do sítio

Este ano a campanha concentrou-se neste núcleo, uma área central do topo do sítio.

Nela, múltiplas estruturas foram encontradas, começando a “preencher “o vazio” dessa área, que está, pelo contrário, cheia de elementos pétreos e não só (passados tantos anos, Castanheiro, como projecto, está ainda de certo modo a começar... se é que algum projecto científico alguma vez acaba...). Além dos “bastiões” (designação puramente convencional e de conteúdo morfológico), das estruturas circulares de maior ou menor tamanho, e de “estruturas geminadas” (que têm sido explicadas em trabalhos anteriores – veja-se, por exemplo, texto publicado nesta revista, vol. V-VI, pp. 241-277, 2006/2007) existe no topo uma série de prováveis estruturas circulares de grande diâmetro, situadas a distâncias regulares uma das outras, que são delimitadas por pequenas pedras (lajes) fincadas obliquamente, e que configuram provavelmente o verdadeiro “núcleo” do Castanheiro (que não seria então a dita “torre”, que, como já várias vezes nós, responsáveis, temos afirmado, parece que não foi uma torre, pelo menos numa fase inicial - é uma estrutura complexa). Essa foi, quanto a mim, a grande descoberta das escavações de 2008 (no seu fim) e de 2009.

Veremos o que nos reserva 2010.

No interior de uma destas prováveis estruturas circulares de grande diâmetro existe este curioso dispositivo: uma espécie de “bacia” preenchida por fragmentos de quartzo branco (semelhante a outra escavada por André Santos/Susana Jorge/Mónica Corga/Joana Alves, para oeste, noutra estrutura circular presumivelmente semelhante). Logo para leste situa-se uma estela tombada azul, muito bem conservada, que ainda não foi escavada, e mais ainda para leste, no mesmo alinhamento, uma pequena “caixa de pedra” em xisto e granito (como sempre, incorporação simbólica de pedaços de dormentes), e com uma “estela” provável de cabeceira. É possível que tudo faça parte de um mesmo sub-conjunto, que poderia ter estado envolvido por uma parede de que ainda se vêem restos. Trata-se de uma mera hipótese.

Ou seja, grandes estruturas circulares, algumas das quais com áreas interiores, localizadas, que incluem “leitos de quartzo”, parece serem características da parte nuclear do Castanheiro do Vento.

Escavações em Foz Côa (Castanheiro do Vento, Horta do Douro)

No ponto mais elevado da colina de Castanheiro do Vento, o arado poupou uma estrutura de base pétreia ainda relativamente bem preservada, mas complexa na sua organização interna e na sua articulação com as estruturas em redor. Castanheiro do Vento testemunha um autêntico “horror ao vazio”, sendo todo o terreno um autêntico “bordado de pedra”. Este “bordado”, que podia ter uma espécie de organização por módulos, desenhava no solo, ao nível da planta, a estrutura a três dimensões que se ia erguer. Essa implementação dos embasamentos era feita sobre um manto de argila húmida, como ligante. Agora imagine-se a grandiosidade do trabalho, pois que a área conservada no sítio é só uma pequena parte do monumento original, que até grandes menires incluía (há dois tombados na encosta leste, perto do topo).

Por outro lado, entre duas linhas paralelas do embasamento de uma (presumivelmente grande) estrutura circular, notamos toda uma “fabricação” do espaço com pequenas lajes, embutidas na argila fresca no momento da construção (o que pressupunha quantidades de água enormes), de modo regular e que, no entanto, não ficariam à vista. Não era o que se via que importava, mas a ordem global criada e recriada desde o início da fabricação do sítio, através do próprio afeiçoamento do seu substrato xistoso.

Cada coisa que se encontra em Castanheiro do Vento não está ali por acaso, ou como “resto”, mas como depósito, como um elemento de uma construção monumental, significante, intencional, a todas as escalas. Assim, os elementos arqueológicos devem ser em princípio encarados como escolhas e não como simples restos ocasionais. Poderia dar milhentos exemplos, desde os fragmentos de cerâmica partidos (como se fossem talhados, de forma regular) para serem insertos em determinados locais, ou as centenas de plaquetas de xisto trabalhadas, talhadas e/ou polidas, para também serem insertas em certos pontos da construção, os seixos de rio de diferentes cores e formas, ou as “estelas” (grandes placas de forma regular e de cor especial), etc, etc.

É esta nova forma de encarar este tipo de sítios que é fundamental perceber e incorporar, sem a qual, julgo, a escavação se pode tornar numa autêntica depredação, menosprezando imensos detalhes significativos porque querendo colar tudo o que se encontra a interpretações simplistas, baseadas em teorias muito rudimentares e nunca questionadas, tidas como evidências, de forma ingénua (“povoados fortificados,” etc).

Uma escavação é um trabalho intelectual e manual em profunda união, e até nisso ela é muito importante para superar dicotomias da nossa tradição metafísica e «teológica» ocidental. Toda uma postura CRÍTICA se exige, permanentemente atenta contra a rotina ou o já pretensamente compreendido. É também importante o trabalho de equipa, incorporando diferentes sensibilidades e capacidades, e incluindo a tensão inerente a diferentes personalidades em confronto. Longe de ser um handicap, ou um “deixa andar” pós-moderno, isso cria energias positivas, porque as decisões são alvo de disputa e negociação, obrigando a objectivar as intuições de cada um dos dirigentes.

O Castanheiro do Vento tem apenas uma monumentalidade “a duas dimensões”... poucas são as estruturas com alguma altura (embora por vezes possamos atingir algo como um metro ou mais). A metodologia escolhida desde o início adaptou-se a essa circunstância e ao facto de estarmos perante uma realidade que só em área, num grande

espaço, faz sentido. Por isso a nossa preocupação é extirpar os níveis superficiais de terra humosa e cheia de raízes, profundamente afectados pelo arado, erosão, etc., e atingir a primeira “camada” onde as estruturas arqueológicas (embasamentos, na maior parte) estão minimamente preservadas. Até aqui, de facto, a “estratigrafia” arqueológica propriamente dita não existe, mas sim níveis pedológicos, não fazendo sentido confundir coisas tão diferentes, e repetir metodologias “standard”.

Temos procurado mais decapar em área, segundo este método, do que propriamente aprofundar muito, entrando na complexa estratigrafia arqueológica do sítio que não se pode compreender senão, também ela, em área. Isso implicaria uma equipa e meios muito maiores. De qualquer modo, já se fez uma ou outra “incisão” no “corpo” do sítio, ao nível de bastiões ou de estruturas circulares.

Este morro de xisto foi intensamente aplanado no topo pelos “arquitectos” calcolíticos, que usaram o afloramento por eles moldado como qualquer outro elemento do sítio ou para ele trazido. O que seria um espaço erigido de afloramentos xistosos inclinados transformou-se numa arena plana sobre a qual assentam embasamentos de construções em terra.

Não estamos perante um “povoado”. Sítios usados primordialmente para “habitação” não faltariam nas redondezas, em cotas mais baixas. Estamos perante uma colina monumentalizada que poderia servir de local de reunião, de congregação de diferentes grupos, famílias, linhagens, etc., mas esse “préstimo” (para cairmos na linguagem funcionalista actual) era apenas um entre muitos, pois o principal objectivo destes sítios seria, provavelmente, o de unir as pessoas através do próprio acto construtivo e de manutenção/renovação dos espaços. Quer dizer, valeria como uma referência identitária espacial, de grande visibilidade a partir de alguns pontos do território, e na qual se sintetizavam, por assim dizer, elementos heterogéneos, senão mesmo “caóticos”, vindos de várias proveniências, numa ordem expressa em três dimensões, num cosmo. É de supor que tal cosmo não estaria estabilizado numa narrativa única, própria de uma sociedade estatal (e mesmo nestas, vemos o proliferar das diferenças e a luta constante do poder central pela uniformização de narrativas desconexas) mas sujeito a uma negociação permanente, a que se adaptava bem a própria plasticidade das arquitecturas de terra.

Assim, os objectos que encontramos não estão em posição primária, nem são desperdício. São elementos, a diversas escalas (do caco cerâmico até à colina inteira), da construção desse cosmo, dessa ordem. Aquilo a que chamamos arquitectura tinha pois, nestes sítios, um papel crucial, porque moldava, num espaço a três dimensões, formas possíveis de dar sentido ao mundo, de o tornar habitável dentro de uma estrutura simbólica que caracteriza o humano. Por isso estes sítios são também uma espécie de “escrita”, desenham no espaço “real” uma cartografia microcósmica que tentamos entender através da distribuição espacial e do relacionamento das estruturas e das outras formas de fabricação do espaço. Assim, a nossa opção vem na linha de A. Leroi-Gourhan e de outros autores que vincaram a importância da escavação horizontal sobre a vertical, em determinado tipo de sítios. Isso não significa - antes ao contrário - que não estejamos atentos às temporalidades, mas estas só se poderão detectar se, primeiro que tudo, se valorizar a decapagem em área e se se perceber como se distribuem

no espaço as várias estruturas e suas eventuais remodelações, dentro daquilo que podemos agora observar.

A metodologia de Castanheiro do Vento continua e prolonga a de Castelo Velho e afirma uma nova maneira de fazer arqueologia do Calcolítico em Portugal, fora dos estereótipos correntes. Porém, não se afirma como sendo a única certa, ou a melhor: há que ter prudência e sentido das nossas infinitas restrições e deficiências.

Portanto está ainda em experimentação e não esquece que estamos a abordar sítios excepcionais, isto é, sítios “cerimoniais” colectivos, e não locais de povoamento (habitação) corrente ou outros, e muito menos a complexa teia de relações e de circuitos que os uniriam territorialmente. Temos consciência do carácter muito fragmentário e limitado do nosso estudo. Mas já dá para entender que “o que iria na mente destes indivíduos”, a sua estrutura mental, nada tinha a ver com a nossa. E essa intuição é de hoje, sempre e definitivamente nossa, como em qualquer outra ciência. Uma certa objectividade (porque obedece a regras de objectificação, de verificação, de uma determinada realidade) sempre em relação com uma certa subjectividade (porque tais regras são consideradas, são tidas - regime da crença - como as mais acertadas para a objectificação referida).

Assim sendo, trata-se agora cada vez mais de comprovar e documentar no maior detalhe possível e com o mais rigor exigível o acerto da nossa opção, não distinguindo dados de teorias, o que é um fetichismo redutor, mas mostrando como um olhar é sempre posicionado, sem que isso o impeça de estabelecer condições de partilha no acesso à objectificação.

Castanheiro do Vento confirma, reforça e enriquece o “paradigma” das interpretações de Castelo Velho avançadas por Susana Oliveira Jorge (ver por exemplo desta autora “O Passado é Redondo”, Porto, Afrontamento, 2005).

São responsáveis pelos trabalhos, além do signatário: Susana Oliveira Jorge (desde 2009 inclusive), João Muralha Cardoso (autor de uma tese de doutoramento sobre o sítio, apresentada à FLUP, e em publicação), Ana Margarida Vale (preparando uma outra tese sobre o sítio), Gonçalo Leite Velho, Bárbara Carvalho, Sérgio Gomes. As escavações contaram ainda com a colaboração de numerosos arqueólogos portugueses e estrangeiros, nomeadamente Mónica Corga, Maria de Lurdes Oliveira, André Tomás Santos, Sara Luz, Alexandra Vieira, Ângela Carneiro, Christopher Watts (Toronto), Lesley Mc Fayden, Maria de Jesus Sanches, etc.

Porto, Setembro de 2009